

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISISSIMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE ESTRATÉGIAS DIGITAIS
CARINA GUEDES DE CARVALHO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
ESSIO FLÓRDI JR.
DIRETOR FINANCEIRO
OMAR DOS SANTOS

NOTAS E INFORMAÇÕES

A água no limite do colapso



Relatório da ONU diz: que o mundo passou da fase de escassez e crise e fala em falência hídrica global. Um sinal de que a degradação dos sistemas hídricos já compromete o presente e ameaça o futuro

Alertas globais costumam oscilar entre a banalização e o alarmismo, dois equívocos igualmente paralisantes. Há momentos, porém, em que reconhecer a dimensão do problema não significa exagero retórico, mas requisito mínimo de lucidez. Um relatório da Universidade das Nações Unidas, apresentado como subsídio à Conferência da ONU sobre a Água de 2026, introduz uma mudança conceitual inquietante no debate: segundo os autores, o mundo já não vive apenas uma crise pontual ou mera escassez de água, mas ingres-

sou numa era de falência hídrica global. A expressão pode soar alarmista para alguns, mas traduz a constatação de que, em vastas regiões do planeta, os sistemas hídricos foram tão degradados que já não conseguem se recompor nos marcos tradicionais de gestão, mesmo em cenários razoáveis de mitigação das mudanças climáticas.

A principal novidade do relatório não está na enumeração dos problemas, conhecidos há décadas, mas na conclusão de que muitos deles se tornaram estruturalmente irreversíveis. Aquíferos superexplorados, rios artifi-

cializados, zonas úmidas destruídas, poluição crônica e uso predatório do solo corroeram os mecanismos naturais de armazenamento e renovação da água. Em outras palavras, o mundo passou a gastar um capital hídrico que não será recomposto no tempo histórico das sociedades humanas. O resultado é um déficit permanente entre oferta e demanda, com impactos crescentes sobre alimentos, energia, saúde pública, estabilidade política e desenvolvimento econômico.

Ao propor o termo “falência”, o relatório busca romper com a complacência embutida em expressões como “estresse hídrico” ou “escassez”. Crises, por definição, são temporárias e solucionáveis; falências exigem reestruturação profunda, escolhas duras e redefinição de prioridades. A analogia é direta: assim como empresas insolventes não se recuperam com ajustes marginais, sistemas hídricos colapsados não serão salvos por políticas pontuais, campanhas educativas episódicas ou obras desconectadas de uma estratégia de longo prazo.

O documento também desmonta uma ilusão recorrente: a de que a crise da água é apenas um subproduto das mudanças climáticas. Embora o aquecimento global amplifique os riscos, o relatório deixa claro que a má governança da água – marcada por subsídios distorcidos, ausência de regulação efetiva, captura política e invisibilidade institucional – tem peso igual ou maior na degradação atual. Países com climas distintos e níveis variados de renda enfrentam problemas semelhantes quando tratam a água como recurso inesgotá-

vel, barato e politicamente secundário.

Nesse ponto, o alerta é particularmente relevante para o Brasil. Dono de uma das maiores disponibilidades hídricas do planeta, o País costuma confundir abundância relativa com imunidade estrutural. A realidade desmente essa complacência. A degradação de bacias, o avanço desordenado do desmatamento, a poluição urbana e industrial, a irrigação ineficiente e a fragilidade dos instrumentos de governança colocam regiões inteiras sob risco crescente. A falência hídrica global já se manifesta, de forma desigual, dentro das fronteiras nacionais.

O relatório da ONU insiste que a água precisa deixar de ser tratada como variável técnica e passar ao centro das decisões políticas e econômicas. Isso implica integrar políticas de uso do solo, energia, agricultura, saneamento e clima; revisar incentivos que estimulam o desperdício; fortalecer instituições de gestão; e reconhecer que conflitos por água tendem a se intensificar num mundo mais quente. Trata-se de uma advertência sobre os limites físicos que a retórica política já não consegue contornar.

Ao declarar o início de uma era de falência hídrica, a ONU oferece ao mundo um diagnóstico duro, porém necessário. Ignorá-lo significa aceitar que a escassez, a insegurança alimentar e os conflitos associados à água deixem de ser exceção para se tornarem regra. Enfrentá-lo exige reconhecer que, sem uma mudança profunda na forma de governar e valorizar a água, o custo da inação será incomparavelmente maior do que o da prevenção. ●

Um tsunami no mercado de trabalho

Segundo o FMI, a IA pode afetar até 60% dos empregos, sobretudo os dos jovens, nos países desenvolvidos. No Brasil, que forma mal grande parte de seus jovens, a situação pode ser ainda pior

Um tsunami no mercado de trabalho. Foi assim que a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, definiu o impacto da inteligência artificial (IA) sobre o emprego, especialmente o dos jovens.

Georgieva alertou os participantes do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) que a disseminação da IA está redefinindo a demanda por habilidades. De acordo com ela, nos próximos anos, a adoção mais generalizada da tecnologia nos países desenvolvidos afetará 60% dos empregos, o que significa que postos de trabalho podem ser transformados, mas, também, eliminados. Globalmente, o impacto deve ser de 40%.

É verdade que em alguns casos o domínio da IA não só dinamiza o trabalho

dos profissionais, como lhes garante remuneração mais robusta. A adoção da inteligência artificial também tende a ampliar a produtividade, mas com um efeito colateral: o corte de postos de trabalho tradicionalmente ocupados por cidadãos da classe média.

Ainda mais preocupante, à medida que a tecnologia vai ganhando escala, as chamadas vagas para iniciantes são eliminadas, o que prejudica, sobretudo, os jovens. Mesmo entre aqueles com educação superior, a dificuldade de encontrar o primeiro emprego tem sido crescente.

Uma transformação dessa magnitude no mercado de trabalho pode causar grandes distúrbios mundo afora, mas, por ora, as discussões em torno dos efeitos negativos da IA estão concentradas no potencial estouro de uma bolha no mercado de ações.

Uma coisa, porém, não elimina a gravidade da outra. Mesmo que uma crise se confirme nas principais bolsas do mundo, varrendo empresas do mapa e levando à bancarrota aqueles investidores que calibraram mal suas apostas na corrida tecnológica, os efeitos da revolução da IA permanecerão.

Foi assim em grandes crises do passado, como o *crash* da bolsa de 1929 e o estouro da chamada bolha “pontocom” no início deste século. Em ambos os casos, o Produto Interno Bruto (PIB) global sucumbiu e grandes fortunas desapareceram da noite para o dia. Contudo, produtos relacionados a esses dois eventos traumáticos, como o telefone e a internet, se propagaram globalmente. Logo, o mesmo deve ser esperado da IA.

Por isso, o alerta de Georgieva deve ser tratado com a urgência que merece por governos de todo o mundo. Ela sugere que os benefícios gerados pela IA sejam distribuídos de modo justo entre a sociedade.

Faz sentido. Se a IA aumenta a produtividade e, potencialmente, os ganhos econômicos, mas, ao mesmo tempo, destrói empregos, é desejável que haja alguma forma de compensação aos mais prejudicados, pelo menos de forma transitória.

Para países como o Brasil, que estão muito longe de estar na vanguarda da IA, os potenciais efeitos negativos sobre o mercado de trabalho podem ser devastadores no longo prazo.

Se jovens altamente qualificados de nações ricas já enfrentam barreiras cada vez maiores para conseguir um emprego, o que dizer da juventude brasileira, que em sua maioria não tem acesso a uma boa educação?

A situação de quase pleno emprego que o País experimenta atualmente tampouco perdurará. A economia já vem desaquecendo e a demanda por produtos e serviços tende a cair, o que só deve aumentar o estoque de jovens disputando um espaço na chamada economia da uberização.

Além disso, como o Brasil não é líder no desenvolvimento de IA, não tem exatamente como distribuir os benefícios da tecnologia entre sua população. Supondo que os países desenvolvidos acordem que compensarão a eliminação de milhares de postos de trabalho usando os ganhos de produtividade da IA para criar uma espécie de renda mínima, o Brasil não está em condições de replicar o mesmo modelo.

Por aqui, uma boa parte da população, por negligência de governos em série, já vive de assistência social. O peso disso nas contas públicas é crescente, donde se conclui que ampliá-la para compensar as transformações profundas geradas pela IA será praticamente impossível.

Se os jovens do mundo desenvolvido estão diante de um tsunami no mercado de trabalho, no Brasil, infelizmente, as perspectivas parecem ser ainda mais sombrias. ●